



REGULAÇÃO, GERENCIALISMO E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: AMEAÇAS AO CARÁTER PÚBLICO DA EDUCAÇÃO

Edva Emanuelle Gomes da Silva¹
Georgia Sobreira dos Santos Cêa²

RESUMO

A adequação das políticas sociais à perspectiva do mercado é um processo que vem se aprofundando nas últimas décadas, incluindo o campo educacional. Inquirindo os sentidos e implicações desse fenômeno, este trabalho trata dos conceitos de regulação, gerencialismo e parcerias público-privadas na educação, com o objetivo de compreender mecanismos por meio dos quais as políticas educacionais são compelidas a incorporar princípios e práticas de mercado no âmbito da educação pública. Trata-se de estudo teórico, ancorado em referenciais e em estudos de cunho crítico, que se combinam com evidências empíricas referentes à condução da política educacional de Maceió na última década, tratadas em diferentes investigações. Além da introdução e da conclusão, o texto está organizado em duas partes: na primeira, são explorados os conceitos de regulação, gerencialismo e parceria público-privada, sendo este último indicado como um dos principais artifícios para a adequação da política educacional aos ditames do mercado e para a condução gerencial da mesma; na segunda parte, são apontados mecanismos de regulação acionados na condução da política educacional de Maceió, por meio da parceria da Secretaria Municipal de Educação (Semed) com o Ministério da Educação (MEC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vigente de 2014 a 2019. Conclui-se que os esforços do poder público para a melhoria da qualidade educacional têm sido subordinados a interesses, perspectivas e mecanismos fundamentados na lógica mercantil. Desse modo, o trato teórico-empírico das relações entre regulação, gerencialismo e parcerias público-privadas em educação é fundamental para a compreensão de riscos à corrosão do caráter público da educação.

Palavras-chave: Regulação; gerencialismo; parceria público-privada; educação em Maceió.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso de Silva (2021), apresentado no curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que tratou da parceria entre o Ministério da Educação (MEC), o Programa das Nações Unidas para o

¹Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Pesquisadora-Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL); Graduada pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE) e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE), ambos associados à UFAL/CNPq; edvagomes@yahoo.com.br

²Pós-doutora em Educação (University of Bristol); doutora em Educação: História, Política e Sociedade (PUC-SP); professora associada da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE-CNPq/UFAL); gecea@uol.com.br

Desenvolvimento (PNUD) e a Secretaria Municipal de Educação de Maceió (Semed), que foi materializada no Programa Viva Escola.

Diferentes estudos evidenciam que a adequação das políticas sociais à perspectiva do mercado é um processo que vem se aprofundando nas últimas décadas, incluindo o campo educacional (AZEVEDO; GOMES, 2009; FREITAS, 2014). Inquirindo os sentidos e implicações desse fenômeno, este trabalho trata dos conceitos de regulação, gerencialismo e parcerias público-privadas na educação, com o objetivo de compreender mecanismos por meio dos quais as políticas educacionais são compelidas a incorporarem princípios e práticas de mercado no âmbito da educação pública. Para tanto, são discutidos mecanismos de regulação pautados na gestão por resultados e no monitoramento e no controle do trabalho escolar, os quais foram implementados na educação municipal de Maceió, no período de 2014 a 2019, pelo Programa Viva Escola, no âmbito da parceria MEC/PNUD/Semed.

Este debate é relevante, particularmente, em face da atual conjuntura das políticas públicas em educação, cada vez mais submetidas à lógica mercantil. Um exemplo disto é o aumento das parcerias público-privadas em educação, que têm fomentado a adoção de princípios, metas e de objetivos baseados na lógica do setor privado, orientando a condução da educação pública com um foco direcionado aos resultados das escolas nas avaliações externas, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em detrimento da qualidade dos processos de gestão e de aprendizagem.

O estudo de mecanismos de regulação dessa adequação da educação pública aos requisitos de mercado é exposto neste trabalho, desde a introdução até as considerações finais. Após informações sobre a metodologia, duas seções se seguem: a primeira discute a relação entre os conceitos de regulação, gerencialismo e parceria público-privada; e a segunda aponta alguns mecanismos de regulação implementados na política educacional de Maceió, pelo Programa Viva Escola, que operacionalizou, de 2014 a 2019, a parceria entre o MEC, o PNUD e a Semed.

METODOLOGIA

O estudo apresentado neste trabalho é de abordagem qualitativa, de orientação teórico-metodológica alinhada à perspectiva crítico-reflexiva. Trata-se de estudo teórico, ancorado em referenciais e em estudos de cunho crítico, que se combinam com evidências empíricas e com

o trato de documentos referentes à condução da política educacional de Maceió na última década.

A pesquisa bibliográfica utilizou referenciais teóricos, de cunho crítico, que estudam os conceitos de regulação (AGLIETTA, 2001), regulação da educação (CÓSSIO; OLIVEIRA; SOUZA, 2014), gerencialismo (NEWMAN; CLARKE, 2012), e parcerias público-privadas (CÊA; PAZ, 2012; MEDEIROS; RODRIGUES, 2014), além das parcerias firmadas na educação maceioense (BRAZ, 2019; SILVA, 2021). A pesquisa documental teve como fonte o *site* oficial da Secretaria Municipal de Educação de Maceió, em que se buscaram notícias sobre a parceria MEC/PNUD/Semed, divulgadas entre 2014 e 2019, como forma de identificar os mecanismos de regulação acionados por esta parceria na educação pública da capital alagoana.

RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE REGULAÇÃO, GERENCIALISMO E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

O conceito de regulação foi criado no início da década de 1970 por Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz, que fundaram a Escola Francesa da Regulação (EFR), com o propósito de analisar as diferentes formas de organização usadas historicamente pelo capitalismo para a sua preservação como modo de produção dominante, sobretudo observando as respostas que o capital elaborou a fim de superar ou de minimizar as crises que vivencia desde a sua gênese (BOCCHI, 2019).

Nessa perspectiva, regulação ou modo de regulação é um conjunto de mediações que o capitalismo utiliza para permanecer como modo de produção hegemônico, e assegurar que as suas crises sejam mantidas dentro de certos limites para não comprometer a coesão social capitalista (AGLIETTA, 2001). Uma dessas mediações do capital é a regulamentação, ou seja, a criação e o cumprimento de normas, regras, leis ou outros tipos de documentos (CÓSSIO; OLIVEIRA; SOUZA, 2014), a exemplo daqueles que são criados e implementados pelo Estado³ para auxiliar a classe burguesa a preservar sua hegemonia na sociedade capitalista.

³O Estado é compreendido aqui na perspectiva gramsciana, que o define como “[...] o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 331), utilizando um conjunto de mediações para preservar sua hegemonia, entre elas, a regulação das políticas públicas.

No entanto, “[...] a regulação não é decorrente nem se materializa apenas nas construções sócio-institucionais (sic) formais (leis, estatutos, normatizações) [...]” (AZEVEDO; GOMES, 2009, p. 96). Isto significa que a regulação pode ser realizada por meio da regulamentação desses documentos, mas ela ultrapassa a dimensão normativa, podendo, assim, ser efetivada por programas, projetos, discursos, ações (CÓSSIO; OLIVEIRA; SOUZA, 2014), entre outros aspectos, que compõem as diversas áreas e instituições sociais ligadas a “campos específicos do espaço social, tais como os campos da educação, saúde, economia, política, dentre outros” (AZEVEDO; GOMES, 2009, p. 96).

Sem perder de vista que a regulação funciona de forma mediada para que o capitalismo possa prosseguir como modo de produção dominante, e que o Estado é um dos principais instrumentos do capital responsável por exercer a regulação, de maneira a evitar que as crises ameacem a coesão social capitalista, Medeiros e Rodrigues (2014) evidenciam que na década de 1970 o Estado redefiniu o seu papel para auxiliar o capital a enfrentar uma nova crise⁴, e o fez por intermédio da adesão ao gerencialismo. Este se caracteriza como uma gestão fundamentada em concepções e ações, originárias do setor privado, para a busca e o controle eficiente dos objetivos, metas e resultados das políticas públicas (NEWMAN; CLARKE, 2012).

Portanto, o gerencialismo considera a esfera privada como referência para a atuação estatal, pois o privado supostamente teria mais eficiência no alcance de melhores resultados para o setor público. De acordo com Medeiros e Rodrigues (2014), é nesse contexto que o Estado se direciona para as parcerias público-privadas, que têm feito com que o âmbito privado participe com cada vez mais frequência das discussões, das decisões e da implementação das políticas públicas. Na perspectiva hegemônica, as PPPs em educação são reduzidas à perspectiva do gerencialismo, sendo vistas como:

[...] ferramenta de gestão que pode se fazer presente nas relações políticas no interior do próprio Estado e entre este e a sociedade civil, nas transações empresariais dos

⁴Segundo Mészáros (2011), desde a sua gênese o capitalismo vivenciou crises cíclicas, que variavam em sua intensidade e duração. Contudo, o autor explica que, a partir da década de 1970, o capital adentrou em uma crise estrutural, que se estende até o contexto atual, sendo caracterizada pelo seu caráter universal, pois a crise estrutural atinge todas as áreas da sociedade (industrial, econômica, política etc.), diferentemente do que ocorria nas crises cíclicas, as quais afetavam apenas um setor social; pelo seu aspecto global, porque a crise estrutural do capital atinge a todos os países, variando sua intensidade em cada um deles; pela dimensão temporal da crise estrutural, que tem um aspecto contínuo, permanente e de abalos colossais, diferenciando-se das crises cíclicas, que eram periódicas e constantes, o que as tornava previsíveis; e pelo modo rastejante da crise estrutural, isto é, ela não pode ser controlada, nem revertida, apenas administrada (MÉSZÁROS, 2011). Em face dessa conjuntura, entende-se que a regulação exerce um papel fundamental no enfrentamento da crise estrutural do capital para assegurar a continuidade da hegemonia burguesa.

setores da economia e nos diferentes processos de trabalho. A parceria é marcada pela realização de contratos, convênios e/ou quaisquer instrumentos de formalização entre diferentes sujeitos políticos coletivos, sejam eles públicos (governos, ministérios, secretarias, departamentos, etc.) e/ou privados (empresas, sindicatos, ONGs, associações, igrejas, mídia e demais entidades do chamado terceiro setor). As diretrizes, orientações, fontes e formas de financiamento são objeto de negociação das partes envolvidas nas ações de parceria. Tais ações visam à realização de um fim que pode ser concretizado na forma de eventos, cursos, programas, planos, projetos, prestação de serviços, entre outras ações, envolvendo distintos agentes sociais (CÊA; PAZ, 2012, p. 7).

Uma parceria que demonstra como a inserção do gerencialismo pode ocorrer no setor público é a que foi estabelecida pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 77.150, entre o MEC, o PNUD e a Semed⁵ na educação básica de Maceió. Conforme Cóssio, Oliveira e Souza (2014), este tipo de acordo visa induzir as redes de ensino a adotarem planejamentos estratégicos voltados ao alcance de padrões de desempenho, particularmente nas avaliações externas, como o Ideb.

Então, sob a lógica da gestão gerencial, a parceria MEC/PNUD/Semed organizou a formação de uma equipe local para atuar de modo permanente em Maceió (PNUD, 2019), com visitas regulares de membros do PNUD à Secretaria, para acompanharem o desempenho do município na execução da parceria. É importante destacar que as funções dos profissionais da equipe também foram definidas a partir da perspectiva gerencialista:

[...] a equipe foi composta por profissionais que, juntos, se complementavam com as seguintes competências: Liderança: liderar equipes e influenciar pessoas e grupos. Gestão: gestão de pessoas, de equipes e de projetos, capacidade para interlocução institucional [...]. Efetividade (*delivery*): gerar e entregar produtos e resultados. Gestão e produção de conhecimento: promover a disseminação de produtos e resultados. Parcerias: promover encontros e parcerias que resultem em apoios políticos e técnicos ao Projeto. Proatividade: habilidade para antecipar demandas e problemas e propor soluções (PNUD, 2019, p. 34).

É interessante notar, ainda, que os profissionais da equipe local eram formados em áreas diversas (administração, *marketing* e comunicação), e apenas uma integrante tinha formação na área da educação – nos cursos de Letras e Pedagogia (PNUD, 2019). Este fato

⁵Apesar de essa parceria ter sido firmada entre o MEC, o PNUD e a Semed, as tomadas de decisões sobre as ações realizadas na educação maceioense tiveram como centro a relação entre o organismo internacional e o órgão municipal. Os altos escalões do PNUD foram os principais responsáveis pela tomada de decisões referentes à continuidade ou não das atividades da parceria. Já o MEC cumpriu as funções de oficializar a parceria, destinar recursos financeiros para a mesma, acompanhá-la e fiscalizar algumas das ações. E a Semed ficou encarregada de executar nas escolas municipais as ações preconizadas pela parceria, no âmbito do Programa Viva Escola.

explicita que a parceria MEC/PNUD/Semed não se preocupou em ter membros da equipe com um perfil profissional vinculado à área educacional, mas sim sintonizado com a construção das novas estratégias que foram pensadas para a política educacional maceioense, por meio do uso de arranjos metodológicos e pedagógicos que mobilizassem os atores locais das escolas a participarem das atividades propostas pela parceria (PNUD, 2019).

Verifica-se, assim, que a parceria entre o MEC, o PNUD e a Semed atuou fundamentalmente de duas formas: a) pelo consentimento ativo dos profissionais da educação, aos quais foram atribuídos determinados papéis na política educacional, que visavam à adesão espontânea desses profissionais ao projeto educacional elaborado pela parceria (BRAZ, 2019), e b) pelo acionamento de mecanismos de regulação que inseriram o gerencialismo na política educacional de Maceió a partir da execução de um conjunto de instrumentos gerenciais (SILVA, 2021).

MECANISMOS DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE MACEIÓ E SEUS INSTRUMENTOS GERENCIAIS

Silva (2021) explicita que é possível situar o gerencialismo como principal estratégia da parceria MEC/PNUD/Semed para regular a educação maceioense, mediante instrumentos gerenciais que estiveram presentes nas ações e concepções mobilizadas pela parceria, chamadas aqui de mecanismos de regulação, para induzir as instituições de ensino municipais e seus respectivos profissionais a aderirem à busca por resultados na qualidade educacional, e a se submeterem ao monitoramento e ao controle da ação das/nas escolas.

Desse modo, para inserir o gerencialismo nos processos de condução e de reestruturação da política educacional de Maceió, a parceria em questão acionou dois principais mecanismos regulatórios – a gestão por resultados e o monitoramento e controle do trabalho escolar –, exercidos conjuntamente por diversos instrumentos gerenciais. Entre estes, destacam-se o uso do Ideb como referência de avaliação da qualidade educacional de Maceió; a premiação financeira por desempenho no Ideb; os simulados preparatórios para o Ideb; a publicação de documentos norteadores da educação municipal (currículo, gestão, avaliação); e a formação continuada para os profissionais da rede municipal de ensino.

Esse conjunto de instrumentos gerenciais que viabilizou a regulação da educação maceioense foi implementado pelo Programa Viva Escola, e reestruturou quatro aspectos da educação básica de Maceió (infraestrutura; ações pedagógicas; recursos humanos, em especial

voltados para a formação continuada; e gestão, com foco no fortalecimento da gestão escolar), todos eles norteados pelos conceitos de inclusão, qualidade e inovação (MACEIÓ, 2015b). O objetivo desse programa, e conseqüentemente, da própria parceria entre o MEC, o PNUD e a Semed, foi promover melhorias na gestão e na qualidade da educação municipal maceioense.

Nessa direção, o Viva Escola foi desenvolvido nas escolas municipais, como forma de elas alcançarem a meta da parceria de aumentar o desempenho escolar na avaliação externa do Ideb, adotando documentos de diretrizes escolares e dos padrões mínimos de funcionamento (MACEIÓ, 2014a), o que indicou o forte “[...] alinhamento da Rede com as informações sobre o Ideb e seu uso para a melhoria da qualidade de ensino [...]” (PNUD, 2019, p. 11). Isto pode ter provocado o controle do trabalho desenvolvido nas escolas públicas de Maceió e, conseqüentemente, de seus currículos, da gestão escolar e do trabalho docente, ao requerer práticas que gerassem “[...] produtos onde se observem a eficácia do sistema educacional” (LINDOSO; SANTOS, 2019, p. 13).

O nível de importância atribuído ao Ideb, pela parceria MEC/PNUD/Semed, foi significativo, pois o seu uso se deu tanto como referência para avaliar a qualidade da educação municipal quanto para o planejamento das atividades escolares, os simulados, a premiação, as formações continuadas, etc. Isso reforçou o caráter do Ideb como um instrumento gerencial, articulado a outros instrumentos deste gênero, para exercer a regulação da educação de Maceió, via inserção da gestão por resultados, mediante processos definidos e controlados em uma espécie de passo a passo, com vistas a premiar, punir e corrigir os possíveis desvios (FREITAS, 2014) relativos a essa avaliação externa, os quais eram acompanhados pela gestão educacional municipal e escolar.

Outro instrumento gerencial mobilizado pela parceria foi a criação de uma premiação financeira por desempenho no Ideb, com o aval do então prefeito, que encaminhou à Câmara dos Vereadores a Lei Municipal nº 6.928/2019, determinando a destinação de premiação financeira para as instituições de ensino municipais, que atingissem na avaliação do Ideb uma nota mínima ou maior do que 5 pontos, recebendo valores que variavam entre 8 e 20 mil reais (MACEIÓ, 2019a). Contudo, as escolas não podiam empregar de forma autônoma este recurso público, porque eram orientadas a usarem-no apenas para a compra de equipamentos de pequeno porte e de materiais para a formação continuada dos profissionais da escola.

Desse modo, a entrega de premiações financeiras por desempenho no Ideb funcionou como outro instrumento gerencial associado ao mecanismo regulatório da gestão por resultados, na medida em que as escolas municipais maceioenses podem ter priorizado a

definição de metas voltadas à consecução de resultados positivos na avaliação externa, que resultassem, ao final, na obtenção da premiação financeira (SILVA, 2021). A premiação pode, ainda, ter provocado o redirecionamento dos recursos públicos para a educação municipal, pois uma parcela do orçamento educacional do município foi forçosamente destinada para as premiações da avaliação externa. Vê-se, assim, como o gerencialismo submete o fundo público a práticas do mercado, como a competitividade entre escolas, por exemplo.

Outra atividade da parceria MEC/PNUD/Semed que também se configurou como um instrumento gerencial articulado ao mecanismo de regulação da gestão por resultados foi a organização de simulados preparatórios para a prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), responsável por mensurar o Ideb de cada escola. Esses simulados foram aplicados nas escolas municipais de Maceió, especificamente, em turmas de 5º e de 9º anos do Ensino Fundamental, com a finalidade de preparar os discentes para se habituarem ao instrumento avaliativo da Prova Saeb e às etapas que constituem esta avaliação (SILVA, 2021).

Diante disso, os simulados são um instrumento gerencial vinculado ao mecanismo regulatório da gestão por resultados em virtude de terem possivelmente influenciado as unidades escolares a se adequarem às necessidades do Ideb, exercendo, assim, um controle do ambiente escolar (CHIRINÉA; BRANDÃO, 2015). Por outro lado, os simulados para o Ideb possuem alguns limites fundamentais, como a busca por melhorias nos resultados da avaliação externa com um fim em si mesmo (MENEGÃO, 2016), sem ultrapassar o aspecto quantitativo da nota atribuída ao desempenho escolar. Isso pode ser percebido na priorização do tempo que os educandos levaram para responder a prova e preencher o gabarito, no número de questões certas e erradas, na média que eles alcançariam se o simulado fosse a prova oficial do Ideb etc., o que ignora outros aspectos que também podem interferir no desempenho estudantil.

A parceria entre o MEC, o PNUD e a Semed também atuou na educação municipal de Maceió com a produção de pesquisas, diagnósticos e novas propostas pedagógicas a serem implementadas nas unidades escolares pelos gestores escolares e professores (MACEIÓ, 2019b). O principal produto que ilustrou essa forma de atuação foi a Coletânea Viva Escola, que elaborou 10 (dez) documentos norteadores utilizados pela parceria como instrumentos gerenciais, que viabilizaram a regulação da educação municipal maceioense por intermédio do monitoramento e do controle do trabalho escolar (SILVA, 2021).

Esses documentos norteadores foram direcionados à organização curricular da rede municipal de ensino, bem como à gestão escolar, avaliação, formação continuada, entre outros, constituindo-se como guias de orientações curriculares e disciplinares para as escolas municipais construir uma linha comum de trabalho baseada em tais documentos e nos eixos estruturantes da BNCC (MACEIÓ, 2015a). Essas orientações estavam atreladas a padrões básicos de aprendizagem, pautados em uma concepção de currículo escolar instrumental e na pedagogia dos resultados, isto é, um ensino que aborda “[...] conteúdos mínimos definidos a partir de objetivos e competências mensuráveis [...]” (LIBÂNEO, 2013, p. 14)

Por último, evidencia-se a formação continuada para os profissionais da educação municipal maceioense, como mais um instrumento gerencial que acionou o mecanismo regulatório de monitoramento e controle do trabalho escolar na rede municipal de ensino, mediante atividades formativas desenvolvidas com os gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores (SILVA, 2021). Nessas formações foram abordados temas referentes às áreas que a parceria MEC/PNUD/ Semed considerou estratégicas, entre elas o Ideb, em que foram organizados vários ciclos de formação continuada acerca de temáticas como: “trabalho integrado e monitoramento; Base Nacional Comum Curricular e sua integração no cotidiano da escola; Prova Brasil” (PNUD, 2019, p. 99).

Sendo assim, as atividades de formação continuada foram direcionadas ao monitoramento e ao controle do trabalho dos profissionais da rede municipal de ensino, estabelecendo para eles o cumprimento dos padrões básicos de aprendizagem em suas práticas pedagógicas, com a adesão das bases conceituais e do método didático definidos nos documentos norteadores produzidos pela parceria, e a socialização dos resultados do trabalho desenvolvido, em que as unidades escolares maceioenses que obtiveram êxito nesse quesito receberam o reconhecimento da Semed (MACEIÓ, 2014b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho elucidou a relação teórica entre os conceitos de regulação, gerencialismo e parceria público-privada, e como tais conceitos se concretizam empiricamente em uma política pública de educação. Tais aspectos foram demonstrados no decorrer da análise da atuação da parceria MEC/PNUD/Semed, que conduziu a educação municipal maceioense, entre os anos de 2014 a 2019, mediante dois principais mecanismos de regulação – a gestão

por resultados e o monitoramento e controle do trabalho escolar –, acionados por um conjunto de instrumentos gerenciais, quais sejam: o uso do Ideb como referência de avaliação da qualidade educacional de Maceió; a premiação financeira por desempenho no Ideb; os

simulados preparatórios para o Ideb; a publicação de documentos norteadores da educação municipal (currículo, gestão, avaliação); e a formação continuada para os profissionais da rede municipal de ensino.

Verificou-se, então, que a partir da referida parceria, houve a incorporação do gerencialismo na educação de Maceió, um modelo de gestão baseado na lógica do setor privado, com foco no alcance de resultados preestabelecidos pelo PNUD e ativamente assumidos pela Semed. Por essa conotação, a relação entre a Semed e o PNUD pode ser compreendida como típica de uma parceria público-privada. Por meio dessa dinâmica, foram disseminadas ações e concepções que induziram os profissionais da rede municipal de ensino (gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores) a buscarem os resultados almejados pela parceria, sob a justificativa de que isso seria fundamental para promover melhorias na gestão e na qualidade da educação municipal (SILVA, 2021).

As palavras-chave da parceria MEC/PNUD/Semed, ao que tudo indica, foram resultados, metas e Ideb, pois, como pôde ser visto ao longo da discussão, o foco das ações do Programa Viva Escola girou em torno desses três elementos que, ao serem enfatizados reiteradamente, cumpriram o papel primordial no processo da regulação educacional maceioense: o de justificar a necessidade das parcerias público-privadas para a melhoria da qualidade educacional, secundarizando com isso a participação dos profissionais que vivenciam o cotidiano escolar, e restringindo a função deles a meros reprodutores das ações e das concepções preconizadas pela parceria.

O encerramento da parceria em questão ocorreu em outubro de 2019, devido ao corte de recursos do Ministério da Educação, o que não implicou necessariamente no fim da sua influência sobre a educação municipal da capital alagoana, pois as parcerias público-privadas continuam sendo consideradas como salvaguarda da educação pública. Além disso, outros instrumentos gerenciais que regularam a educação maceioense na vigência da parceria MEC/PNUD/Semed continuam sendo reverberados, como a gestão gerencial pautada na melhoria dos resultados da educação municipal. Nesse cenário, a produção de outras pesquisas que se dediquem ao trato teórico-empírico das relações entre regulação, gerencialismo e parcerias público-privadas em educação é fundamental para a compreensão de riscos à corrosão do caráter público da educação.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M. El capitalismo em el cambio de siglo: la teoría de la regulación y el desafío del cambio social. **New Left Review**, Madrid, nº 7, p. 16-70, mar./abr. 2001. Disponível em: <https://newleftreview.es/issues/7/articles/michel-aglietta-el-capitalismo-en-el-cambio-de-siglo/view/29472>. Acesso em: 28 fev. 2020.

AZEVEDO, J. M. L. de; GOMES, A. M. Intervenção e regulação: contribuição ao debate no campo da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 15, n. 28, p. 95-107, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3523/3212>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BOCCHI, J. I. Aglietta e a escola francesa de regulação: chaves para compreender a resistência do capitalismo. [Entrevista cedida a] Patricia Fachin. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 537. ed., jun. 2019.

BRAZ, E. P. V. **Governança da educação pública em Maceió: uma análise do Programa Viva Escola (2013-2018)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6514>. Acesso em: 20 fev. 2020.

CÊA, G. S. dos S; PAZ, S. R. S da. **Quadro categorial: referências para o levantamento e a análise de dados sobre política educacional**. Material interno de pesquisa. UFAL, 2012. 17 p.

CHIRINÉA, A. M.; BRANDÃO, C. da F. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96363/chirinea_am_me_mar.pdf?sequence=1&isAlloved=y. Acesso em: 22 dez. 2020.

CÓSSIO, M. de F.; OLIVEIRA, A. C; SOUZA, A. A. Gerencialismo e avaliação em larga escala: novos modos de regulação da educação básica. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 24, n. 47, p. 137-155, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/7920>. Acesso em: 28 fev. 2020.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GRAMSCI, A. Dos cadernos miscelâneos: caderno 15 (1933). In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: volume 3: Maquiavel: notas sobre o estado e a política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 322-344.

LIBÂNEO, J. C. **Internacionalização das políticas educacionais**: elementos para uma análise pedagógica de orientações curriculares para o ensino fundamental e de propostas para a escola pública. Campinas: Autores Associados, 2013.

LINDOSO, R. C. B.; SANTOS, A. L. F. dos. Política educacional e a avaliação em larga escala como elemento de regulação da educação. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n.



1, p. 1-17, jan. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/61241>. Acesso em: 02 jan. 2019.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Cooperação entre SEMED, MEC e PNUD apresenta resultados positivos**. Maceió: Semed, 2014a.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Incentivo a escolas que melhorarem resultados no IDEB é lei municipal**. Maceió: Semed, 2019a.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Matrizes Disciplinares para o Ensino Fundamental**: rede pública municipal de Maceió. Maceió: Editora Viva, 2015a. Acesso em: 28 maio 2018.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. O Viva Escola e a cooperação técnica com o PNUD. *In*: MACEIÓ. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Maceió**. Maceió: EDUFAL, 2015b, p. 248-249.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Prefeitura celebra resultados do projeto SEMED/PNUD**. Maceió: Semed, 2019b.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **SEMED capacita supervisores para monitorar qualidade do ensino**. Maceió: Semed, 2014b.

MEDEIROS, S. da S.; RODRIGUES, M. M. O gerencialismo, reforma do Estado e da educação no Brasil. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 48, n. 34, p. 216-240, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5774>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MENEGÃO, R. de C. S. G. Os impactos da avaliação em larga escala nos currículos escolares. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 1-11, jun. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/894/89446960007/html/index.html>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MÉSZÁROS, I. Das crises cíclicas à crise estrutural. *In*: MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 795-810.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n2/03.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PNUD. **Sonhando e construindo caminhos para educação**: a história da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Maceió e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Vitória: Leitura Fina, 2019. 72 p. Disponível em: <https://www.ecowd.inf.br/cms/img/updocs/www.projetosemedpnud.org/SonhandoEConstruindoCaminhosEducacao.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SILVA, E. E. G. da. **Mecanismos de regulação da educação de Maceió e instrumentos gerenciais na Parceria Semed/PNUD (2014-2019)**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.